



A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Eixo Temático: GT 4

Ellen Camilly Santos Soares¹;
Geisa Gabriela Soares da Silva²;
Ruy D'Oliveira Lima³.

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo principal desenvolver análise acerca da influência das políticas econômicas de matriz neoliberal nas escolas do campo, além de realizar levantamentos sobre a desigualdade social existente no setor educacional campista na região do Nordeste brasileiro. Os livros escolhidos com base nos conteúdos que seriam trabalhados após a revisão de literatura possuem subdivisões que salientam as políticas educacionais e a evolução da educação campista. A princípio este ensaio será estruturado descrevendo o que são políticas educacionais e como elas interferem na área da educação, após isso será pontuado as influências de órgãos internacionais nos planos educacionais brasileiros, e por fim alguns problemas de infraestrutura que afetam diretamente a educação rural. A metodologia é de cunho quantitativa, embasada nas obras *Políticas Públicas E Educação e Educação no Campo: Políticas e práticas*, tendo como referencial bibliográfico base as contribuições de MARCIA DE LIMA (2017), ROSARIO SOUZA (2020), PATRICIA SANTOS (2020), e ANDERSON PAULINO DA SILVA (2009).

Palavras-chave: Economia; Educação campista; Políticas econômicas; Desigualdade.

Introdução

A globalização traz para o âmbito educacional cada vez mais implementações de políticas educacionais internacionais postas em vigor em países emergentes. Esses órgãos internacionais evidenciados aqui, a Unesco e o Banco Mundial, agem por meio de congressos, projetos e contato com os órgãos nacionais do país e realizam uma movimentação de capital para investimento educacional, sendo produtivo aos grandes países terem seus planos sendo seguidos em países em desenvolvimento como o Brasil.

Essas políticas se alargam pelas inúmeras unidades escolares do país, mas cada uma se adequa ao plano educacional de uma maneira, pois há divergências no que diz respeito a quantidade de recursos e qualificação de profissionais, afetando gradativamente a igualdade escolar como salienta Araújo e Cassini:

¹Graduanda do IV semestre de Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: geisagabriela775@gmail.com

²Graduanda do IV semestre de Economia pela Universidade do Sudoeste da Bahia. E-mail: es051944@gmail.com

³ Pós-Doutor pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS com pesquisa sobre Organismos Multilaterais e suas Influências na Educação Latino Americana, Caribenha e Brasileira. E-mail: rdlima@uneb.br





A educação somente pode ser direito de todos se há escolas em número suficiente e se ninguém é excluído delas; portanto, se há direito público subjetivo à Educação, o Estado pode e tem de entregar a prestação educacional.(Araújo & Cassini, p.568, 2017).

Tendo em vista a existência dessas políticas e desse caráter designatório das inserções estatais, o presente trabalho transita pelas nuances de aprofundamento dessas políticas e sua influência nas escolas do campo nordestinas, como os programas de transferência de renda bem como estuda e evidencia as lutas educacionais que circundam o sertão e como a falta de investimentos adequados acaba influenciado o acesso e permanência dos alunos campistas por diversos fatores sociais e econômicos, fazendo do campo uma das áreas mais concentradas de abandono escolar e baixo índice de jovens cursando ensino superior, além de inúmeras de pessoas que não foram e não são alfabetizadas.

Os programas de transferência de renda como contribuidor da educação.

Em 9 de janeiro de 2004, a Lei n.º 10.836 criou o Programa Bolsa Família, um marco na política de transferência de renda do Brasil. O programa foi concebido para oferecer assistência financeira às famílias em situação de vulnerabilidade social, visando reduzir a pobreza e promover a inclusão social. Desde sua implantação, o Bolsa Família se consolidou como um dos maiores e mais abrangentes programas de assistência social do governo federal, beneficiando milhões de brasileiros em todo o país.⁴

Até 2008, o Bolsa Família havia atingido aproximadamente 11 milhões de famílias, com uma presença significativa na região Nordeste, uma das áreas mais afetadas pela desigualdade social e econômica. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome(MDS), a alta concentração de beneficiários na região Nordeste reflete tanto a grande demanda por assistência quanto a importância do programa para a melhoria das condições de vida nas áreas mais carentes. O Bolsa Família não se limita a transferir recursos financeiros; ele está vinculado a condicionalidades que visam garantir a frequência escolar das crianças e adolescentes, bem como o acompanhamento da saúde. Essas condicionalidades foram implementadas para promover a educação e a saúde como ferramentas essenciais para a quebra do ciclo de pobreza. As condicionalidades estabelecidas pelo Bolsa Família desempenham um papel crucial na promoção da educação entre as famílias beneficiárias. Ao vincular o

⁴ Essa síntese apresentada é baseada no artigo Educação e Pobreza: O impacto das condicionalidades do programa Bolsa Família. UFF, 2009.





recebimento do benefício à frequência escolar das crianças e adolescentes, o programa cria um forte incentivo para os pais assegurarem que seus filhos frequentem a escola regularmente, como diz no trecho.

No que se refere à Educação, em particular, a contrapartida ao benefício da renda concedida às famílias pelo PBF compreende a matrícula das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola, a frequência mínima de 85% nas aulas a cada mês e a obrigatoriedade de informar ao gestor do Programa Bolsa Família qualquer mudança de escola. Regulamentada inicialmente pela Portaria Interministerial 3.789, de novembro de 2004, a definição dessas condicionalidades propõe a difícil missão de tentar romper com os ciclos de pobreza que marcam as gerações dessas famílias (Silva et al, p.298, 2009).

Esse estímulo é particularmente relevante em áreas rurais, onde a educação muitas vezes enfrenta desafios adicionais e as taxas de abandono escolar são mais altas. A presença das condicionalidades faz com que as famílias, motivadas pelo desejo de manter o benefício financeiro, se empenhem mais para garantir que seus filhos permaneçam na escola. Este efeito é evidenciado pela redução nas taxas de abandono escolar em regiões que anteriormente apresentavam altas taxas de evasão.

Com o tempo, esse aumento na frequência escolar contribui para a melhoria das habilidades educacionais das novas gerações, o que, por sua vez, ajuda a quebrar o ciclo intergeracional da pobreza. Nas zonas rurais, onde a população historicamente enfrenta maiores desafios educacionais e uma maior taxa de analfabetismo, o Bolsa Família tem um impacto ainda mais significativo. Ao garantir que crianças e adolescentes estejam mais presentes na sala de aula, o programa não apenas melhora a educação formal, mas também contribui para a capacitação das futuras gerações. Isso resulta em uma força de trabalho mais qualificada e potencialmente mais produtiva, podendo gerar mudanças positivas nas condições socioeconômicas dessas comunidades.

O estímulo para a frequência escolar promovido pelas condicionalidades do Bolsa Família, portanto, vai além de simplesmente assegurar que as crianças e adolescentes estejam na escola. Ele desempenha um papel fundamental na promoção da educação como um meio para a inclusão social e o desenvolvimento econômico. Ao reduzir as barreiras à educação e incentivar a permanência escolar, o programa ajuda a construir um futuro menos excludente para as populações rurais, reduzindo potencialmente as desigualdades e impulsionando o desenvolvimento regional.

Os órgãos internacionais nos planos educacionais brasileiros

Como dito na introdução do presente trabalho, a globalização atua diretamente na educação nacional no que diz respeito a investimentos provenientes de órgãos internacionais que adentram os planos educacionais que entram em vigor nas escolas do país.





Esses órgãos possuem metodologias de aplicação de capital na educação de países emergentes visando capacitar estudantes aptos a participarem do mercado de trabalho como posto no documento feito pelo Banco mundial no ano de 1992, *Educación Primaria*:

Na medida que as economias de todo o mundo se transformam devido aos avanços tecnológicos e aos novos métodos de produção que dependem de uma força de trabalho bem capacitada e intelectualmente flexível, a educação adquire cada vez mais importância 2 (Banco Mundial, 1992a, p. 9).

No Brasil se adotou essa união com influências advindas de fora uma vez que se difundia a pedagogia política do capital⁵ e o país buscava implementar nas escolas avaliações de rendimento que conseguissem mensurar o nível que os alunos estavam e como seriam aptos a participar do mercado de trabalho brasileiro.

Os principais órgãos que atuam na educação do país são o Banco Mundial e a Unesco tendo desde 1990 a participação em inúmeros documentos que trazem incisos sobre a educação como *La Enseñanza Superior Profesional Corta: Un desafío educativo mundial*(2007), do Banco Mundial e um recente da Unesco ainda em pesquisa *La Enseñanza y Formación Técnico Profesional en América Latina y el Caribe: Una perspectiva regional hacia 2030* (2016),

Mas qual objetivo desses órgãos e por que países emergentes cedem a participação internacional na educação do próprio país?

Bem, como trabalhado até aqui é notório o poder que a economia possui sobre a educação de um país, uma vez que é através dela que provêm os rendimentos e investimentos capazes de manter a educação de pé. Com isso há um jogo de interesses em todos os estados que participam da corrida capitalista:

Os organismos internacionais, conforme apontado por Pronko (2015) ao abordar o Banco Mundial, atuam por meio da imposição de condicionalidades econômicas aos países que recorreram aos financiamentos e empréstimos, conseguindo ter uma importante atuação ideológica e política. (Esteves, p.5, 2021).

Com isso os países em desenvolvimento procuram com frequência investimentos provenientes das grandes potências do globo que com o objetivo de manter hegemonia investem nesses países com requisitos e condições, um deles a participação direta em seus planos educacionais para ser difundido seus ideais políticos e econômicos de maneira mais simples e sutil, e com isso os modelos educacionais do país como o MEC(Ministério da Educação),

⁵ Termo utilizado para fazer referência a como a educação se liga diretamente a fatores econômicos do capitalismo.





implementam os ideais e os difundem pelas escolas de todo o Brasil, através da adoção de livros didáticos e planos de ensino.

A desigualdade do ensino rural e o fechamento das escolas do campo

Como já dito nos tópicos iniciais deste ensaio as políticas educacionais influenciam também as escolas do campo, porém de uma maneira mais lenta e pouco gradual. Isso se dá uma vez que é considerado aspectos sociais, políticos e econômicos, onde os investimentos destinados e a infraestrutura esperada ainda não são o suficiente para a educação rural subsistir de maneira eficaz.

A educação enfrenta dificuldades no que diz respeito a qualificação de professores, a garantia de permanência dos alunos, boas condições de manter um ambiente digno ao aprendizado e ser mais objetivo pormenores. Na zona rural há ainda outras implicações, como a precarização ou falta de transporte, de escolas, de acervos de bibliotecas, onde a maioria das pequenas escolas não possuem sequer local apropriado para a leitura como lembra as autoras do trabalho aqui presente ao narrar que: em nossa infância de estudos em uma turma multisseriada, havia apenas uma caixa de papelão no chão onde eram colocados os livros amontoados, além de não possuírem energia elétrica.(Silva&Soares, 2024).⁶

No que se refere a repasse de investimentos para a educação já há desigualdades em todas as áreas da rede pública, e quando se fala de mais repasses para o campo pouco sobra e pouco vai devido ao desfalque econômico que ocorre nas gestões das prefeituras locais. Essa ideologia de inferioridade das escolas do campo já é uma informação enraizada no meio social fermentada pela necessidade da urbanização desenfreada desde o início da intensificação do êxodo rural no Brasil nos anos 1970-1980, sobre isso diz Maria do Rosário&Patricia Ramos:

Nesse sentido, pode-se afirmar que prevalece um processo histórico de precarização e negação nas escolas presentes no campo, identificados nos currículos desconectados das experiências sociais e humanas de tal realidade, como também na supervalorização do paradigma urbano.(Rosario&Ramos, p.57, 2020).

Com o passar das décadas, novos modelos educacionais começaram a fazer parte do ideal escolar do país e as escolas começaram a implementar as mudanças em suas ementas. O campo dentro das diretrizes possuem incisos particulares que consideram a necessidade de desenvolver atividades que condizem com a realidade da identidade rural, de costumes, cultura

⁶ A citação não possui paginação uma vez que foi citado um diálogo verbal entre as autoras nas reuniões de preparação desse ensaio aqui posto.



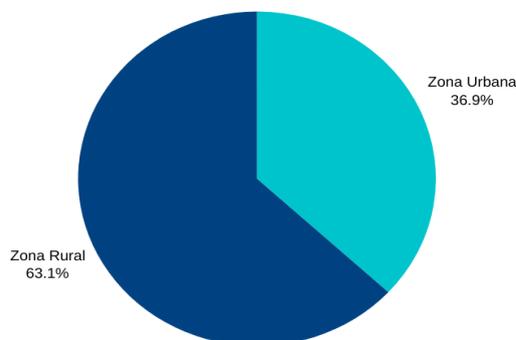


e trabalho com o campo, tendo livre arbítrio para realizarem em seus dias letivos atividades que façam parte dos laços de pertencimento dos alunos campistas como prevê o Decreto n.º 7.352:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II-incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho.(Brasil, 2010).

Esse decreto vem enfrentando dificuldades devido a um fator que se intensificou bastante no Brasil nos últimos tempos, o fechamento das escolas do campo, onde pesquisa realizada⁷ pela Folha de São Paulo contabiliza que em média 8 escolas rurais são fechadas no Brasil em período curto de tempos. Estima-se que nos últimos 22 anos em média 160 mil escolas tenham sido fechadas no Brasil, onde 101 mil delas são localizadas em localidades rurais como expresso no gráfico abaixo:

Escolas fechadas de 2000 a 2022 no Brasil possuem maior índice nas zonas rurais :



Fonte: Pesquisa realizada do Século Diário⁸

Essas informações reforçam acerca da urbanização, uma vez que o fechamento das escolas rurais estão diretamente ligadas a acordos governamentais que diminuem os recursos referidos para a rede rural e cria ideais onde o alunado é transportado para a cidade alegando modernidade e melhores condições de ensino, tirando da gestão gastos que teriam que existir

⁷ Matéria sobre fechamento de escolas em localidades rurais realizada pela Folha de S.Paulo, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br> .

⁸ Esse levantamento de dados foi realizado pela equipe do Jornal século diário, disponível em <https://www.seculodiario.com.breducacao/urbanocentrismo-explica-porque-63-das-escolas-fechadas-no-brasil-sao-do-campo>





para manter as escolas rurais em funcionamento, além do crescimento da urbanização trabalhando o aumento de capital como dito por Francisca&Marcela quando citam Cassini e Bezerra:

Os dados sobre fechamentos de escolas do campo, apresentados por Cassin e Bezerra (2017), sinalizam que existem tentativas, com apoio de algumas esferas governamentais, de negação do direito à educação, enquanto estratégia de esvaziamento do campo para atender as demandas requeridas pela atual versão do capital(Andrade&Rodrigues apud Cassin & Bezerra, p.3, 2020).

Com isso há esse deslocamento rural para a cidade dificultando o acesso devido aos transportes, além da retirada de um componente importante para as comunidades rurais, que geralmente empregavam pessoas locais, como professores e auxiliares, e uma pequena fonte de renda para mulheres das comunidades rurais que trabalhavam na produção da merenda escolar e da higienização dos ambientes, acumulando pontos negativos para os campistas que perdem um importante marco cultural e de resistência, em contraponto, pontua positivamente as gestões e os novos recursos que não mais serão gastos em atividades educacionais rurais, não se pensando na deterioração econômica e social das comunidades:

De fato, por toda a década que passou e hoje ainda, é prática muito comum o fechamento de escolas no campo. Entendem esses governantes estaduais e municipais que fechar uma escola no campo e transportar os alunos remanescentes é menos oneroso ao erário público e, de quebra, mais civilizatório ou modernizante. Afinal, ainda nessa visão, a escola urbana seria o ideal almejado por todos. Enfim, trata-se do império da racionalidade econômico-financeira e da ideologia do desenvolvimento capitalista urbano centrado. Por essa perspectiva, não se levam em conta os prejuízos sociais causados com esses procedimentos administrativos de desterritorialização de pessoas e comunidades inteiras. (Munarim, p.53, 2011).

Estando a par do que foi dito aqui, é perceptível como os recursos econômicos estão diretamente ligados a manutenção da educação e como as comunidades rurais lutam dentro de suas pequenas comunidades pelo não fechamento de suas escolas, pois entendem que a única garantia que seu povo pode ter de evolução social é por meio da educação e por isso o campo é sinal de resistência e como são necessárias que as políticas educacionais vejam as comunidades rurais e as dê os direitos devidos para que o abandono escolar, baixa quantidade de jovens camponeses cursando níveis superiores e a falta de escolarização possam ser superadas.

Considerações Finais

Nessa perspectiva o objetivo desse ensaio é trazer questionamentos e informações sobre a ligação existente entre educação e economia, criando os paradigmas de dependência que o setor educacional possui nas políticas educacionais e nos seus investimentos, para que com isso exista a possibilidade da construção da cidadania e do crescimento do país. Estudar essas





políticas e investigar as condições nas quais a educação tem se alicerçado reforçam a ainda dificuldade enfrentada pelas pequenas escolas rurais e em como o programa de transferência de renda causou impacto considerável na permanência estudantil, abrindo outros muitos caminhos de reflexão sobre os fatores sociais e desiguais que circundam esse fato. Com isso se entende a relevância e a necessidade de se estudar assuntos desse cunho, em especial para os educadores que desejam promover mudança e resistência no meio rural tendo consciência dos parâmetros econômicos e o que é de direito do alunado e dos profissionais que trabalham para o acesso e permanência dos alunos nas escolas do campo do Nordeste Brasileiro, como esperança de mudar os paradigmas sociais da desigualdade do sertão produtivo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, G. C. de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar"**. Educ. Rev., Curitiba, nº 39, p. 279-292, abr. 2011. .

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de; RODRIGUES, Marcela Pereira Mendes. **Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento**. UFF, 2020

BANCO MUNDIAL. **Educación Primária**. Washington (EUA): Banco Mundial, 1992. 83 p.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF. 2010.

COUZEMENCO, Fernanda. Urbanocentrismo explica porque 63 % das escolas fechadas são do campo. **Jornal Século Diário**. Disponível em

[//www.seculodiario.com.breducacao/urbanocentrismo-explica-porque-63-das-escolas-fechadas-no-brasil-sao-do-campo](http://www.seculodiario.com.breducacao/urbanocentrismo-explica-porque-63-das-escolas-fechadas-no-brasil-sao-do-campo) , acesso em 09 ago. 2024.

CASSINI, S. A. Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.**, Brasília, v. 98, nº 250, p. 561-579, set./dez. 2017.

CACIAN, Natália. **Brasil fecha, em média, oito escolas por dia na região rural**. Disponível em Educação. Acesso em ago. 2024, às 15h5.

ESTEVES, Thiago de Jesus; SOUZA; José dos Santos. O Papel do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na Reforma Gerencial dos Sistemas Públicos de Ensino no Brasil. **Revista Educere Et Educare**, v. 15, n. 35, abr./jun. 2020. p. 1-22.





MUNARIM, Antonio. **Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21***. 2011.

SILVA, Anderson Paulino da. **Educação e pobreza: O impacto das condicionalidades do programa Bolsa Família**. UFF, 2009.

SANTOS, Patrícia dos; SOUZA, Maria do Rosário Santos. **Educação do campo: políticas e práticas**. 2.ed, Ilhéus: Editora da Uesc, 2020.

TERRA, Márcia de Lima Elias. **Políticas públicas e educação**. São Paulo: Pearson, 2017.

